

Promover ao menos 100 palestras, por ano, e eventos temáticos sobre empreendedorismo e microempreendedor individual em todas as regiões da cidade

Lançar e implementar o programa municipal de fomento ao desenvolvimento econômico envolvendo ações de atendimento às empresas com: (1) identificação das vocações regionais da cidade; (2) acesso a novos mercados, locais, regionais, estaduais, nacionais e internacionais; (3) competitividade em regiões de média e alta formalidade; (4) desenvolvimento de negócios em regiões com baixa formalidade e (5) melhoria de processos, produtividade e inovação tecnológica, além de envolver os Núcleos de Desenvolvimento Regional já existentes e os que serão criados

Resultados esperados: Aproveitando-se o potencial de crescimento da economia criativa no município, pretende-se, até 2019, ter um crescimento de 10% no número de estabelecimentos abertos, nesse setor, em comparação com o triênio 2013-2015. A cidade contará com estrutura e ações de apoio, desde a formação até a constituição de startups ou empresas da economia criativa. Os demais setores da economia também receberão atenção, por meio de um plano com diretrizes para aumentar a competitividade e produtividade das empresas dos diferentes setores que compõem a economia paulistana.

Este projeto possui o(s) selo(s): Acessibilidade e Direitos Humanos

Projeto: Trabalho, Emprego e Renda

Meta(s) associada(s): Gerar oportunidades de inclusão produtiva, por meio das ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e empreendedorismo, para 70 mil pessoas que vivem em situação de pobreza, especialmente para a população em situação de rua.

Valor de base da meta: N/A

Ano Base: N/A

Situação atual encontrada: O cenário econômico no município de São Paulo tem apresentado a taxa de desemprego em trajetória ascendente nos últimos meses atingindo, sobretudo, a população jovem e socialmente mais vulnerável. Ciclos de baixa na economia estreitam o escopo de geração de oportunidades para ocupação dos desempregados e trazem a necessidade de medidas integradas entre as diversas políticas públicas. Neste cenário, a perspectiva é que Sistema Público de Emprego se consolide como agente ativo na tentativa de minimizar as distorções do mercado de trabalho, atenuar as implicações para os desempregados, além de estimular o encontro entre ofertantes e demandantes no mercado de trabalho de forma não onerosa.

Linhas de ação:

Realizar estudos de viabilidade e proposições de melhoria da eficiência para os modelos de operação dos Centros de Atendimento ao Trabalhador e Empreendedorismo (CATE), Programa Operação Trabalho (POT) e Programa Bolsa Trabalho (BT)

Redirecionar os programas operação trabalho (POT) e bolsa trabalho (BT), bem como as frentes de trabalho, para as pessoas em maior situação de vulnerabilidade e em segmentos da economia com maior probabilidade de geração de empregos

Apresentar e implementar o programa municipal de capacitação para o mundo do trabalho, conduzido pela Fundação Paulistana de Educação Tecnologia e Cultura e envolvendo atores como Comissão Municipal de Emprego, instituições de ensino públicas e privadas

Resultados esperados: Redução do ciclo estrutural da pobreza e melhora na qualidade de vida da população no município de São Paulo por meio da ampliação da oferta de vagas de emprego e de cursos de qualificação profissional, no meio rural e urbano.

Este projeto possui o(s) selo(s): Acessibilidade e Direitos Humanos

Projeto: Trabalho Novo

Meta(s) associada(s):

Gerar oportunidades de inclusão produtiva, por meio das ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e empreendedorismo, para 70 mil pessoas que vivem em situação de pobreza, especialmente para a população em situação de rua

Assegurar acolhimento para, no mínimo, 90% da população em situação de rua

Valor de base da(s) meta(s): N/A e 78,91%

Ano Base: N/A e 2016

Situação atual encontrada: Dados de 2015 apontavam, àquela época, para uma população em situação de rua de quase 16 mil pessoas. Um desafio para a construção da autonomia e saída da situação de vulnerabilidade por parte desses cidadãos é a inserção no mundo do trabalho. A equipe da SMADS trabalha, desde o início de janeiro de 2017, na prospecção de vagas e beneficiários, tendo já realizado capacitação para 379 concluintes e encaminhado 201 cidadãos para vagas de trabalho.

Linhas de ação:

Articular 20.000 vagas em empresas para recepção de trabalhadores oriundos da situação de rua.

Firmar parceria com órgãos públicos (Poupatempo, Receita Federal, Exército Brasileiro, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal dos Transportes, Caixa Econômica Federal, Defensoria Pública e Associação de Cartórios) para emissão facilitada de documentos.

Capacitar 20.000 cidadãos em situação de rua em diferentes áreas - formação humana, comportamental, financeira e técnica para a inserção no mundo do trabalho.

Capacitar equipes das empresas receptoras dos trabalhadores oriundos da situação de rua para adequada recepção a este público.

Acompanhar junto aos setores de Recursos Humanos das empresas a situação dos cidadãos encaminhados.

Resultados esperados: A construção de autonomia da população em situação de rua, para a superação total ou parcial da vulnerabilidade.

Este projeto possui o(s) selo(s): Acessibilidade e Direitos Humanos

Projeto: CADMais SP

Meta(s) associada(s):

Gerar oportunidades de inclusão produtiva, por meio das ações de qualificação profissional, intermediação de mão de obra e empreendedorismo, para 70 mil pessoas que vivem em situação de pobreza, especialmente para a população em situação de rua.

Transformar São Paulo em uma Cidade Amiga do Idoso, obtendo o selo pleno do Programa São Paulo Amigo do Idoso

Garantir 15.000 vagas de atividades para idosos com objetivo de convívio e participação na comunidade

Valor de base da meta: N/A

Ano Base: N/A

Situação atual encontrada: A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS) administra, atualmente, duas bases cadastrais para programas sociais: o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CADÚnico), base do Programa Bolsa Família e de outros programas sociais federais e estaduais, e o Banco de Dados do Cidadão (BDC), utilizado para a concessão do Programa Renda Mínima, do Município. É possível utilizar o CADÚnico para a concessão do Renda Mínima, diminuindo custos operacionais, tornando a rotina de cadastros e atualização mais rápida e simples para os cidadãos. Há ainda a possibilidade de pactuar, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e à Caixa Econômica Federal, o pagamento do Programa Renda Mínima no mesmo cartão e rotina de pagamentos do Bolsa Família, com menos custos e vantagens para os munícipes, que receberão todos os valores em um mesmo cartão e mesmo local. A base cadastral do CADÚnico, pelo porte que possui (mais de 1 milhão de famílias), constitui um instrumento de mapeamento de vulnerabilidades e planejamento de políticas e serviços públicos, de modo que sua constante atualização e abrangência representa um importante ganho de gestão. Hoje, há aproximadamente 60% dos usuários dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos inseridos no Cadastro. A taxa de atualização do CADÚnico está em torno de 60%. O Plano Decenal da Assistência Social 2016-2026 é claro ao apontar uma maior integração do CADÚnico como ferramenta da política socioassistencial como diretriz. O Programa Cidade Amiga do Idoso, do Governo Estadual, sinaliza, dentre as medidas para obtenção do Selo, a inserção de idosos no CADÚnico – há espaço para inserção de idosos com perfil de renda compatível frequentadores dos serviços socioassistenciais e para os beneficiários do Benefício da Prestação Continuada (de acordo com o Decreto Federal nº 8.805/2016).

Linhas de ação:

Unificar todos os cadastros dos beneficiários dos programas de transferência de renda, até dezembro de 2020

Protocolizar, junto ao Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e Caixa Econômica Federal, o pagamento do Renda Mínima, no mesmo cartão e na mesma rotina de pagamentos do Bolsa Família.

Atingir 90% de usuários dos serviços de convivência (SCFV) inseridos no CADÚnico.

Atingir 75% taxa de atualização cadastral do CADUnico até 2020.

Atingir 90 % de usuários dos serviços de Proteção Social Especial para idosos inseridos no CADUnico.

Resultados esperados: Simplificar a política de transferência de renda para o cidadão beneficiário e para a administração pública e fortalecer o CADÚnico, como instrumento de inteligência e planejamento da Assistência Social e das demais políticas.

Este projeto possui o(s) selo(s): Direitos Humanos

Projeto: Combate à Sonegação Fiscal

Meta(s) associada(s): Aumentar em 20%, no período de 2017 a 2020, o investimento público per capita médio em relação ao período de 2013 a 2016.

Valor de base da meta: 1.122,93

Ano Base: média 2013 a 2016

Situação atual encontrada: Segundo o IBPT - Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário - o índice de sonegação fiscal médio no Brasil é de cerca de 25,05% do faturamento das empresas. A sonegação afeta a livre concorrência e diminui sobremaneira os recursos disponíveis para aplicação no Município de São Paulo. No momento, não há um estudo interno que objetiva conhecer o potencial arrecadatório e, assim, buscar soluções mais pontuais para os problemas relacionados a cada tributo.

Linhas de ação:

Capacitar 30 servidores para utilização de sistemas avançados de dados (ferramentas de Business Intelligence - BI), possibilitando um melhor tratamento das informações.

Publicar Plano de Redução das Obrigações Acessórias e do Custo de Conformidade dos Contribuintes Paulistanos.

Implantação do Programa “Sua Nota Vale 1 Milhão”, no âmbito de reformulação da Nota Fiscal Paulistana.

Resultados esperados: Maior cumprimento das obrigações legais por parte dos contribuintes, resultando em mais recursos financeiros para o Município de São Paulo e, consequentemente, aumento do investimento público per capita médio, permitindo a ampliação da implantação de políticas e benefícios diretos para toda a população e a consecução de uma cidade mais justa.

Este projeto possui o(s) selo(s): -

Projeto: Orçamento Sustentável

Meta(s) associada(s): Aumentar em 20%, no período de 2017 a 2020, o investimento público per capita médio em relação ao período de 2013 a 2016.

Valor de base da meta: 1.122,93

Ano Base: média 2013 a 2016

Situação atual encontrada: O Município de São Paulo apresenta no momento nota de crédito BB pela escala da Fitch Ratings, dois graus abaixo do grau de investimento. Essa situação se deve fundamentalmente em razão da situação negativa do rating soberano, que atualmente se encontra no mesmo nível. Contudo, há importantes ações necessárias para que o Município de São Paulo se mantenha em posição de destaque como um ente responsável fiscalmente em âmbito nacional e internacional. O conjunto dessas ações corresponde ao escopo do presente projeto. A manutenção de um rating positivo pelo Município está no fato de a nota de crédito representar uma sinalização a potenciais investidores da credibilidade do Município como devedor, atraindo maiores investimentos de longo prazo para o Município e, consequentemente, ampliando a qualidade de vida da população paulistana.

Linhas de ação:

Apresentar um plano de reestruturação dos passivos municipais decorrentes de precatórios judiciais.

Implementar o Sistema de Bens Patrimoniais Imóveis - SBPI.

Estruturar garantias a projetos de Parcerias Público-Privadas municipais.

Securitizar créditos municipais decorrentes dos Programas de Parcelamentos Incentivados (PPI).

Resultados esperados: Manter os indicadores fiscais em níveis equilibrados por meio da eficiência na gestão de ativos e na gestão do gasto público.

Este projeto possui o(s) selo(s): -

CAPÍTULO 4e – Desenvolvimento Institucional- Ficha de Metas

Meta: Garantir que 100% dos dados publicados pela Prefeitura sejam disponibilizados em formato aberto, integrando ferramentas básicas de acessibilidade

Notas técnicas: Atualmente, a Prefeitura Municipal de São Paulo possui dois grandes portais para publicação de dados públicos (o Portal da Transparência e o Portal de Dados Abertos), além de disponibilizar um catálogo único de consulta a todas as bases de dados produzidas pelos órgãos do Poder Executivo Municipal (o Catálogo Municipal de Bases de Dados). O Portal da Transparência é uma plataforma agregadora de diferentes dados e informações sobre a administração municipal de São Paulo, concentrando informações sobre as seguintes áreas: orçamento público, funcionalismo, compras públicas, licitações, contratos, convênios, parcerias, doações, comodatos, termos de cooperação, pedidos de acesso à informação, informações das Prefeituras Regionais e sobre as instâncias de Controle Social. O Portal de Dados Abertos é uma plataforma livre, desenvolvida para agregar bases de informação amplas, alimentadas por cada unidade da Administração Municipal. Já o Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMBD) tem por finalidade divulgar uma listagem de todas as bases de dados produzidas pelos órgãos e entidades da Administração Municipal. Atualmente, o percentual dos dados publicados em formato aberto, que possibilita o processamento por máquinas e o acesso de toda a população, foi desenvolvido a partir do levantamento das bases de dados contidas no CMBD. Dentre as 555 bases de dados publicadas no CBMD, foram analisadas 515 bases, pois as demais estavam inacessíveis e sem indicação sobre a extensão do arquivo, e apenas 84 bases, ou seja, 16,31% estão em formato aberto. Ao analisar esse levantamento, percebeu-se que o CMBD encontra-se desatualizado em relação a todas as bases de dados disponibilizadas no Portal de Transparência e no Portal de Dados Abertos, sendo necessário atualizá-lo para que, assim, seja constituído um único instrumento de controle interno, externo e social sobre a meta planejada.

Descrição do Indicador: Número de bases de dados publicadas em formato aberto com ferramentas básicas de acessibilidade/ total de base de dados contidas no CMBD.

Unidade de medida: %

Fonte: Catálogo Municipal de Bases de Dados (CMDB)

Frequência: Anual

Fórmula de cálculo: Número de bases de dados publicadas em formato aberto com ferramentas básicas de acessibilidade/ total de base de dados contidas no CMBD.

Valor base: 16,30%

Ano Base: 2016

ODS: 16

Programa de Governo: Sim

Meta: Aumentar em 50% o Índice de Integridade da Prefeitura de São Paulo

Notas técnicas: A Controladoria Geral do Município de São Paulo, desempenhando a função de controle interno da gestão pública municipal, identificou diversas práticas que levam a maior ou menor vulnerabilidade institucional. A partir dessas práticas foi elaborado um índice capaz de mensurar a integridade dos órgãos da Administração Pública Direta e Indireta do Município de São Paulo. O Índice de Integridade da Prefeitura, em janeiro de 2017, foi 5,29, numa escala de 0 a 10. Esse é constituído por nove indicadores.

Descrição do Indicador: Os nove indicadores são avaliados em um sistema de notas que varia de 0-10. (1) Programa de integridade: Avalia a existência, implementação e acompanhamento; (2) Transparência passiva: média ponderada de (a) Indicador de Qualidade das Respostas ofertadas aos pedidos realizados por meio do SIC – Serviço de Informação ao Cidadão; (b) Indicador de Assiduidade na Rede INFO; (c) Indicador de eficiência dos encaminhamentos; (3) Transparência ativa: média aritmética simples de: (a) presença da seção “Acesso à Informação” no site institucional do órgão (b) Presença da seção “participação social” no site institucional do órgão (c) Adequação ao template padrão desenvolvido pela SECOM (d) Apresentação das informações na seção “acesso à informação” (e) Apresentação das informações na seção “participação social”; (4) Número de reclamações atendidas em até 30 dias: nota varia conforme tempo para atendimento; (5) Recomendações de auditorias CGM: Concordância ou discordância associada à justificativa e implementação das recomendações; (6) Existência de unidade de controle interno = nota é ponderada conforme a presença ou ausência de portaria regulamentadora, organograma, servidor com atribuição exclusiva por responder pela Coordenadoria e comunicação permanente com CGM a respeito de eventuais fragilidades e encaminhamento periódico dos seus relatórios de atividades; (7) Proporção de contratos emergenciais/contratos totais; (8) proporção de cargos comissionados puros/ cargos totais; (9) proporção de pregões eletrônicos/ pregões totais

Unidade de medida: Atribuição de nota entre 0-10

Fonte: Entrevistas junto aos órgãos da Administração Municipal e a consulta de publicações nos sites oficiais; Íntegra dos Relatórios de Auditoria, publicados no sítio da CGM; Portal da Transparência do Município de São Paulo; Sistema SOF do Município de São Paulo; Portal E-negócios; Cubo do SIGPEC; Sistema Interno da Ouvidoria Geral.

Frequência: Anual

Fórmula de cálculo: Média aritmética simples das nove dimensões analisadas. Ou seja, somam-se os resultados alcançados por cada órgão da Administração Pública em cada uma das dimensões mensuradas e divide-se o valor obtido por nove (? nove indicadores /9).

Valor base: 5,29

Ano Base: 2016

ODS: 16

Programa de Governo: Sim

Meta: Ampliar em 10% a arrecadação da dívida ativa do município, em relação aos últimos quatro anos

Notas técnicas: Dívida ativa são créditos tributários e não tributários, regularmente inscritos e exigíveis pela Prefeitura de São Paulo

Descrição do Indicador: Indicador contabilizará o acumulado ano a ano da arrecadação da dívida ativa, a partir dos dados do Sistema de Dívida Ativa

Unidade de medida: R\$

Fonte: Quadro Contábil

Frequência: Quadrienal

Fórmula de cálculo: Total arrecadado entre 2017-2020, descartada a inflação do período.

Valor base: R\$ 5.270.000.000,00

Ano Base: 2013-2016

ODS: Não

Programa de Governo: Não